

ASSEMBLEIA DAS FREGUESIAS DE LARANJEIRO E FEIJÓ

EDITAL
29 /2014

Eu, Anabela Cristina de Almeida Respeita, Presidente da Assembleia das Freguesias de Laranjeiro e Feijó, faço público que na Sessão Ordinária, referente ao mês de Setembro de 2014, realizada no dia 24/09/2014, a Assembleia de Freguesia aprovou:

Moção/Saudação

NOVO ANO LECTIVO, VELHOS PROBLEMAS

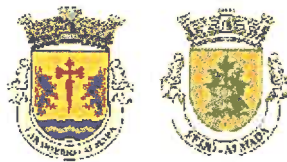
Os sucessivos governos do PS, PSD e CDS em diferentes coligações têm tratado a educação como se de uma fonte de despesa se tratasse, ao invés de reconhecer o potencial de investimento no desenvolvimento do país que na realidade ela representa. No início de mais um ano letivo o sistema de ensino português atravessa as maiores dificuldades e vive o momento mais litista desde que vivemos em Liberdade. O dismantelamento que a escola pública tem sofrido levou a uma estratificação dos vários níveis de ensino e do acesso ao mesmo. Num país que defende constitucionalmente o ensino escolar como “universal e gratuito” ouvem-se, diariamente, novos relatos de alunos descriminados por motivos como a condição económica, os contextos social ou familiar ou a necessidade de condições de ensino adaptadas (por exemplo alunos com síndrome de *Down*, autistas ou disléxicos).

A recorrentemente problemática colocação de professores - que o Ministro da Educação pensa conseguir abafar com um pedido de desculpa que não se traduz em ações - aliada à Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades e à Bolsa de Contratação de Escola, deixa milhares de professores no desemprego e outros a centenas de quilómetros de casa quando, ironicamente, existem escolas com falta de professores na sua área de residência ou perto da mesma. Estas deslocações forçadas mais não são do que mais um ataque à escola pública na figura dos docentes com o objetivo de criar um clima de medo e desolação para retirar prestígio e atratividade à profissão de professor e piorar ainda mais a situação da escola pública. Além dos professores também os técnicos especializados se vêm atacados. Psicólogos, informáticos e outros intervenientes indispensáveis para o normal funcionamento das escolas viram a Direção Geral da Administração Escolar limpar, na passada sexta-feira 19, as listas dos candidatos aos concursos abertos, sem qualquer aviso prévio aos diretores das escolas, numa situação insólita que ainda não foi resolvida.

As escolas do país estão, na sua generalidade, degradadas e/ou sem condições de ensino devido à falta de materiais como giz. Nalguns casos é a própria segurança dos alunos que está em causa. Dois exemplos das condições a que crianças e jovens da nossa freguesia estão sujeitos são os casos da Escola Secundária António Gedeão, onde os alunos têm aulas em barracões de madeira com décadas de apodrecimento já conhecidos como “galinheiros” e a Escola Secundária Francisco Simões - sede de agrupamento - sem um pavilhão gimnodesportivo onde os alunos possam fazer as aulas de Educação Física quando chove.

No Ensino Superior a situação não é melhor. O governo recusa-se a admitir que milhares de desistências e a brutal quebra do número de candidatos às universidades são consequência das suas políticas e refugia-se na demografia, tentando convencer os portugueses que uma perda de cerca de 12 mil candidatos por ano desde 2008 se explica com uma diminuição dos nascimentos entre 1990 e 1996, um período em que o PIB cresceu em média 3%/ano. Com base nisto reduz o orçamento das universidades e ainda as tentou proibir de encontrar receitas próprias.

Todas estas situações, que à partida parecem desligadas entre si, fazem parte de uma ofensiva contra a escola pública encabeçada pelo PS, PSD e CDS-PP e apoiada por *lobbies* capitalistas que pretende a privatização e mercantilização total do sistema de ensino, criando uma educação para ricos e outra (se alguma...) para pobres através da transformação das escolas (desde o 1º ciclo às Universidades) em empresas como quaisquer outras onde o principal objetivo deixa de ser o desenvolvimento do país e “a plena expansão da personalidade humana” que a Carta Internacional dos Direitos Humanos exige para passar à procura de uma pura e simples maximização do lucro.



ASSEMBLEIA DAS FREGUESIAS DE LARANJEIRO E FEIJÓ

Existem, porém, os que ainda lutam por uma educação universal, gratuita e com genuína igualdade de oportunidades (de acesso e de progressão). Entre eles encontra-se a Câmara Municipal de Almada, que, sabendo as dificuldades com que os Almadenses se defrontam diariamente devido a opções propositadamente prejudiciais tomadas por este governo, tomou a iniciativa de oferecer a todos os alunos do 1º ano do 1º ciclo um *kit* escolar onde se inclui todo o material necessário (incluindo os manuais).

Resumindo, o ano letivo arrancou com cortes nos orçamentos e uma agenda escondida para a elitização do ensino. Os professores são humilhados e os alunos desprezados. As escolas estão degradadas e há falta de técnicos e professores nas escolas e de alunos nas universidades. Estão reunidas as condições para mais um ano de desmantelamento da escola e de ofensiva contra os valores de Abril na educação

Por tudo isto, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó, reunida no dia 24 de Setembro de 2014, delibera:

1. Reafirmar a importância da educação e exigir que o Estado cumpra o seu papel, assumindo o reforço do investimento no sistema público de ensino e a adoção de medidas de política educativa que garantam os direitos de acesso e sucesso dos cidadãos e se afirme como recurso estratégico essencial para o desenvolvimento do País;
2. Pugnar por medidas adicionais de investimento e discriminação positiva, atendendo às dificuldades e desigualdades em contexto escolar, garantindo os apoios sociais aos mais desfavorecidos;
3. Exigir que sejam invertidas das medidas mais gravosas, de modo a recuperar o reforço das necessárias políticas de apoios e Ação social escolar, recursos humanos (professores, técnicos especializados e auxiliares de educação), assim como a reorganização curricular e procedimentos de organização, gestão e funcionamento que sejam adequados às necessidades do sistema e garantam a participação da comunidade educativa;
4. Saudar e solidarizar-se com os professores, alunos, encarregados de educação, técnicos, auxiliares de educação na luta pelas suas reivindicações e direitos;
5. Afirmar a sua disponibilidade de acompanhar estes problemas e neles intervir de modo a contribuir para a sua resolução, no âmbito das suas competências próprias e em articulação com a comunidade educativa.
6. Exigir o cumprimento da Constituição da República pelo princípio de um ensino público gratuito, universal e de qualidade.

E POR SER VERDADE SE PASSOU O PRESENTE EDITAL, QUE VAI POR MIM ASSINADO E IRÁ SER FIXADO NOS LUGARES DE ESTILO DESTAS FREGUESIAS.

Feijó, 29 de setembro de 2014

A Presidente da Assembleia de Freguesias de Laranjeiro e Feijó

Anabela Cristina de Almeida Respeita

